



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 245 -----

----- Aos cinco dias do mês de Março do ano dois mil e sete, pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1 do art.º 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA).-----

----- Não compareceram à sessão e não solicitaram a sua substituição os Senhores Deputados Daniel José Pinto Meira (PS), Áurea de Oliveira Mendes (PS) e Arménio de Almeida Cerca (PSD), este último Presidente da Junta de Freguesia de Ancas.-----

----- Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por cumprimentar os alunos da Turma A do nono ano da Escola Secundária de Anadia, bem como as Senhoras Professoras Cristina Simão e Lúcia Oliveira, esta última ex-Presidente da Assembleia Municipal de Anadia, a quem fez uma referência especial. Terminou, prestando breves esclarecimentos aos jovens alunos fazendo uma breve resenha do papel, competências, funcionamento e dinâmica da Assembleia Municipal.-----

----- Informou, também o plenário de que tinha já procedido à verificação da identidade e legitimidade do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), que substitui o Senhor Deputado Orlando Silveira (PS) que renunciou ao mandato.-----

----- Seguidamente, comunicou à Assembleia de que o Senhor Deputado Daniel Meira (PS) pediu a suspensão do mandato, por cento e oitenta dias, alegando, para o efeito duas circunstâncias: uma primeira relacionada com questões de saúde e uma segunda com alterações na sua vida profissional. Pelo exposto e, dando cumprimento ao art.º 10.º do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação o pedido de suspensão em questão, dando a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) para intervir, que solicitou informação sobre quais as razões invocadas pelo Senhor Deputado Daniel Meira (PS) no seu pedido de suspensão de mandato para que possa votar em consciência.-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia reforçou a informação que já tinha fornecido, nomeadamente os motivos de saúde invocados e a alteração da situação profissional que o levaram a ter de se afastar da sua sede profissional, pelo período de tempo solicitado para suspender o mandato, e também da sua residência, no Concelho de Anadia. Para complementar a informação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler o e-mail enviado pelo Senhor Deputado Daniel Meira (PS), documento este que se encontra arquivado junto ao livro de actas. Não havendo lugar a quaisquer outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do pedido de suspensão supra mencionado, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor.--



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No âmbito das substituições, o Senhor Presidente da Assembleia informou o Plenário de que o Senhor Deputado José Veloso (PSD), solicitou a sua substituição, para esta reunião, nos termos do art.º 11.º do RAMA, por Jennifer Nunes Pereira, tendo de seguida, procedido à verificação da sua identidade e legitimidade, em cumprimento do estatuído no referido regimento.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à discussão a Acta n.º 242, da sessão extraordinária comemorativa dos “30 Anos do Poder Local Democrático” realizada no dia nove de Dezembro de dois mil e seis, previamente distribuída a todos os Deputados Municipais, que não tendo suscitado intervenções foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, quatro abstenções e zero votos contra.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à discussão a Acta n.º 243, da sessão ordinária do dia vinte e três de Dezembro de dois mil e seis, previamente distribuída a todos os Deputados Municipais, que não tendo originado intervenções foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, três abstenções e zero votos contra.-----

----- Concluídas as votações das supra citadas actas, o Senhor Presidente da Assembleia passou a ler um voto de pesar, apresentado pela Mesa da Assembleia, e ao qual todos os Senhores Deputados Municipais se associaram, e que apesar de estar junto ao livro de actas se transcreve na íntegra: *“No passado dia 21 de Fevereiro, com apenas 18 anos de idade, faleceu num trágico acidente de viação, Liliana Duarte Almeida Cerca, filha do nosso colega Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, Arménio de Almeida Cerca, acontecimento que provocou uma profunda consternação e tristeza. A Assembleia Municipal de Anadia expressa, de forma sentida, o seu pesar, curvando-se respeitosamente perante a sua memória, dirigindo à família enlutada, neste momento de grande dor e sofrimento, as mais sentidas condolências. Anadia, Paços do Município, 05 de Março de 2007”*. Tendo sido colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade, com trinta votos a favor, ao que se seguiu o cumprimento de um minuto de silêncio.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou, de seguida, haver uma proposta de inclusão de um novo ponto na Ordem do Dia, cuja documentação havia sido previamente distribuída pelos Senhores Deputados, nos termos do art.º 35.º do Regimento, com a seguinte designação: “Apreciação, discussão e votação da deliberação da Câmara Municipal de Anadia de Integração do Município de Anadia na GAMA - Grande Área Metropolitana de Aveiro - em conformidade com o estabelecido na alínea I) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia”. Posto isto, a proposta foi votada, tendo sido aprovada por unanimidade, com trinta votos a favor, passando a fazer parte integrante da Ordem do Dia como o Ponto 2.---

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenções do período de antes da ordem do dia, passando a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que solicitou alguns esclarecimentos ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) sobre as actividades da Junta de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia a que preside, relacionadas nomeadamente com a manutenção das salas de aula existentes na Freguesia, a reparação dos caminhos florestais e estradas, a colocação dos números de polícia em todas as habitações da Freguesia, a remodelação da toponímia e ampliação do cemitério de São Pedro. Para terminar, referiu que gostaria de saber em que se baseou o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), quando disse que a Junta de Freguesia de Avelãs de Cima praticamente nada faz.-----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Deputado António Silva (PSD), para solicitar, ao Senhor Presidente da Câmara, um esclarecimento sobre as urgências do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia, na medida em que o assunto continua a ser veiculado na comunicação social, e depois de saber que alguns municípios assinaram protocolos com vista à manutenção dos serviços de urgências, ou pelo menos de serviços substitutos. Tendo também conhecimento da viagem efectuada pelo Senhor Presidente da Câmara a Espanha, com responsáveis da tutela, o Senhor Deputado António Silva (PSD) acrescentou que o Grupo Municipal do PSD gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara poderá prestar esclarecimentos para além dos que têm sido veiculados na comunicação social, nomeadamente se já terá alguma certeza quanto ao encerramento do serviço de urgências do Hospital de Anadia.-----

----- No seguimento, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para secundar o pedido formulado pelo Senhor Deputado António Silva (PSD), relativo ao Serviço de Urgências do Hospital de Anadia, na medida em que a haver lugar a alguns desenvolvimentos em concelhos com situações idênticas ao de Anadia, pelo que pretendia solicitar informação ao Senhor Presidente da Câmara sobre o resultado das negociações efectuadas com o Ministério da Saúde. Por outro lado, referiu que pretendia apresentar e propor à consideração do Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Augusto Cancela de Amorim, por ser por variadíssimas razões uma figura de referência do Concelho, tendo aproveitado, também, para responder ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD). O senhor Deputado Cardoso Leal (PS) esclareceu que a crítica a que se referiu o Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) se reporta a uma reunião de autarcas, que teve lugar recentemente, na qual foi feito o balanço da actividade de um ano de mandato autárquico, e da qual resultou que, no final, foram apresentadas algumas críticas feitas a uma boa parte das Freguesias, que estariam à espera das próximas eleições para fazer obra, acrescentando não ter feito qualquer comentário específico a determinada Freguesia, em particular, à de Avelãs de Cima.-----

----- Para prestar os esclarecimentos solicitados foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por falar da questão abordada sobre o resultado das actividades das Juntas de Freguesia, discutido em reunião de autarcas representantes do Partido Socialista, referindo que o balanço da execução orçamental e de toda a actividade pertence aos que estão no executivo e têm actividade própria, de acordo com os resultados eleitorais. Destacou também, a interactividade/cooperação que tem sido desenvolvida entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia num esforço abnegável, considerando todas as restrições que têm vindo a ser impostas pela nova Lei das Finanças Locais. Referindo-se à questão do Serviço de Urgências do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hospital José Luciano de Castro, de Anadia, esclareceu não ter sido proposta a celebração de qualquer protocolo com a Câmara Municipal de Anadia e que das reuniões e conversas com o Senhor Ministro resultou a informação de que o caso de Anadia é dos mais difíceis de resolver, acrescentado que a tutela está consciente de que o Presidente da Câmara Municipal de Anadia não assinará qualquer protocolo em prejuízo do Concelho de Anadia. Garantiu, também, que o mais importante é que o concelho ganhe e que os munícipes tenham a garantia da manutenção da assistência médica adequada, definida pelo próprio serviço nacional de saúde, com ou sem urgências, reforçando a ideia de que não se disponibilizará a assinar qualquer protocolo que não salvguarde estas condições. Continuando esclareceu que Anadia ainda não participou em qualquer negociação, até porque o encerramento das Urgências vem apenas apontado num estudo de uma comissão, e dirigiu uma palavra aos que tecem alguns comentários menos abonatórios sobre Anadia, no sentido de os tranquilizar, porque a Câmara de Anadia não pretende negociar, como fizeram Cantanhede e Fundão, negócio esse que lhes acabou com as Urgências em detrimento de, apenas, consultas programadas. Acrescentou ainda, que se o Governo conversa com as Câmaras Municipais é porque lhes falta coragem política para encerrar as Urgências. No entanto, alertou o Plenário para o facto de que, se a excelentíssima assembleia entender que Anadia deve assumir uma posição semelhante à de Cantanhede, sugere que faça uma recomendação ao Presidente da Câmara nesse sentido, ainda que considere que Anadia merece mais, pelo Hospital, pelas Urgências e pelos Serviços que lá se encontram instalados, os quais valem muito mais. O Senhor Presidente da Câmara considera que, em conjunto com o Senhor Ministro da Saúde, irá ser encontrada uma solução interessante para o Município de Anadia, com a certeza, porém, de que o Presidente da Câmara, só com uma delegação total da Assembleia Municipal, poderá assinar um protocolo em prejuízo dos Munícipes de Anadia. Para terminar, declarou não se encontrar disponível para apadrinhar qualquer tipo de manifestação de rua sem antes esgotar todas as possibilidades de diálogo, considerando que deve prevalecer alguma serenidade, até porque as urgências do Hospital de Anadia se mantém em funcionamento, acrescentando que com esta declaração não pretende tirar o direito das pessoas se manifestarem, apenas apelando que o façam quando virem que a solução realmente está perdida porque nesse momento, também apoiará essas pessoas porque Anadia não pode perder.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que começou por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara na sequência das mais recentes notícias de que estarão assinaladas para encerrar mais algumas escolas, onde serão colocados os seus alunos, tendo em consideração, principalmente, os seus locais de residência e, também, que a situação abalará a situação financeira de muitas das suas famílias. Perguntou, também, se o Senhor Presidente da Câmara pretende cumprir a promessa eleitoral de construção dos três pólos previstos, também, na Carta Educativa. Relativamente à questão das Urgências do Hospital de Anadia, e depois de tanta discussão sobre o assunto, lamentou o facto de o Senhor Ministro da Saúde não ter tido, ainda, a coragem de afirmar



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

publicamente que o Serviço de Urgências será encerrado, numa atitude que considera de decapitação do Serviço Nacional de Saúde criado pelo Governo do PS e que remonta à época do senhor Engenheiro António Guterres. O Senhor Deputado concluiu reforçando a posição da CDU em defesa da manutenção do Serviço de Urgências do Hospital de Anadia, nas 24 horas, com mais serviços e mais especialidades.-----

----- Seguidamente, interveio o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que começou por dizer que gostaria de se associar ao Partido Socialista no voto de pesar à pessoa que foi o Senhor Doutor Augusto Amorim, porquanto considera merecer o maior respeito de todos por tudo o que fez, propondo à Assembleia que aceite a proposta do PS. Passou a agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, à celeridade com que lhe foram fornecidos os documentos solicitados, perguntando de seguida, se uma construção levada a efeito numa estrada pública, no Beco do Alecrim, em Tamengos, estará ou não licenciada. Para concluir, propôs à Câmara Municipal que delimite um espaço em frente da Farmácia Óscar Alvim, devidamente sinalizado, para permitir o estacionamento às pessoas que frequentam a farmácia, e ao mesmo tempo, para evitar que essas pessoas sejam constantemente autuadas pela GNR, dispondo essa autoridade de mais tempo para verificar os espaços públicos que são ocupados com carros com informação de venda, em concorrência desleal com os stands legalmente instalados.-----

----- De seguida, tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia para informar o Grupo Municipal do PS de que deverá apresentar, por escrito, o voto de pesar relativo ao Senhor Doutor Augusto Amorim, ao qual também se associou. Informou, ainda, o Plenário de que foram entregues na Mesa duas moções do PSD, as quais foram imediatamente distribuídas pelos Senhores Deputados e que se encontram arquivadas junto ao Livro de Actas, a primeira das quais relacionada com a "Preocupação face ao QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional" e a segunda "Contra o PDR - Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013".-----

----- Prestadas as informações por parte do Senhor Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para intervir em nome do Grupo Municipal do PS, manifestando o apoio ao Senhor Presidente da Câmara na questão do Serviço de Urgências do Hospital de Anadia, para as negociações que estão a decorrer com o Ministério da Saúde, no sentido de obter o máximo possível em termos de qualidade dos serviços de saúde em benefício da população do nosso concelho. Acrescentou, no entanto, não se encontrarem disponíveis para apoiar moções de censura ou outro tipo de actos de hostilidade ao Governo, que consideram de gestos que não têm tido qualquer utilidade na resolução de casos semelhantes.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Morais da Silva (PSD) que começou por tecer alguns comentários relativamente à convenção autárquica realizada pelo PS em Sangalhos, da qual efectivamente, considera que resultaram afirmações que colocam o Concelho de Anadia num patamar terceiro-mundista. Especificando, referiu que pela leitura dos jornais, constata afirmações que considera extremamente graves, como sendo a ilicitude das eleições, nomeadamente na lisura dos processos, acrescentando que só quem desconhece os



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procedimentos poderá fazer afirmações dessa natureza. Falando da Pista de Sangalhos assegurou, às pessoas que se demonstram preocupadas com a capacidade de gestão dos Sangalhenses, que o próprio Sangalhos Desporto Clube e os Sangalhenses já deram provas da sua capacidade de gestão e promoção do desporto a nível nacional, pelo que considera que Sangalhos tem todo o direito, adquirido através dos tempos, de ter a Pista de Ciclismo.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou então, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que, falando de educação, constatou não conhecer país algum que tenha desprezado a educação como Portugal e que tenha atingido o que quer que seja. Continuou, referindo que para Portugal querer ter qualidade no ensino, implica ter boas escolas, ter condições físicas, humanas e sociais para que essas escolas que funcionam com três ou quatro alunos, tragam algum benefício, de futuro, à educação dessas crianças, exemplificando com situações de outros países. Referiu ainda, existir uma tendência para atacar com frequência os efeitos e esquecer as causas, porquanto as preocupações se prendem com as escolas do primeiro ciclo que serão encerradas, com a diminuição das condições das famílias das crianças e com a perda de alguns postos de trabalho, e não com o mais importante, a causa, que é o facto dessas crianças poderem vir a ter uma educação melhor. Relativamente à questão das urgências, congratula-se com o facto do Senhor Presidente da Câmara não ter aceite qualquer acordo como o que foi assinado pela Câmara Municipal de Cantanhede, porque também é de opinião que o Serviço de Urgências do Hospital de Anadia, a estar aberto, deve funcionar vinte e quatro horas por dia e, se possível, com mais valências do que as que tem actualmente, acrescentando que caso seja apresentada qualquer proposta de acordo, votará contra. Comentou também, que considera paradigmático não haver dinheiro para manter centros de saúde, quando verifica não haver restrições para tantas outras matérias mais complexas do que manter um serviço aberto. Referindo-se à convenção autárquica do PS realizada em Sangalhos, convenção esta cuja notícia foi veiculada pelos jornais, reconhece não ter sido falada em qualquer Junta de Freguesia ou Mesa de Voto, em concreto, mas gostaria de esclarecer, como um dos presidentes de mesa das eleições, que costuma ser, que existem sempre reuniões prévias para eleger as mesas, pelo que, se as eleições são ilícitas, existe um momento exacto, para expor as ilicitudes sobre a mesma. Acrescentou, no entanto, lamentar que o Ministério Público de Anadia, não tenha acusado os elementos do PS por faltarem à verdade, porque os dados das eleições são rectificados pelo Ministério Público, por uma Juíza, por um conjunto de pessoas que verificam os dados, pelo que, a ter havido algo que não corresse bem, o Ministério Público também não estaria isento. Antes de terminar, comentou as palavras do Senhor Primeiro Ministro de que não seriam colocados mais polícias nos postos existentes, referindo que pode ser essa uma medida que permita que o Posto de Sangalhos se mantenha. Concluiu, constatando que o Concelho de Anadia continua a ter uma educação paupérrima, uma saúde que espera que o Senhor Presidente da Câmara tenha vontade firme de a defender como tem defendido até aqui e uma segurança que ainda não sabemos se tem patins, ou não, para ir para fora do Concelho.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Considerando o momento oportuno para o Senhor Presidente da Câmara dar resposta às intervenções feitas até então, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU). Confirmou estarem dez escolas do concelho apontadas para encerrar, adiantando, no entanto, haver algum descuido por parte do Ministério, porquanto não considerou o facto da carta educativa do Município não estar homologada, pois só o será apenas em Junho de 2007. Pelo exposto e porque a Carta Educativa será o instrumento orientador da política educativa do concelho, referiu que a Câmara de Anadia tem demonstrado alguma insatisfação com medidas avulso da tutela que muitas vezes têm de sofrer um recuo, isto porque a própria Directora Regional de Educação do Centro, em reunião convocada, confirmou que, das dez escolas apontadas, seis delas, em princípio, são as que mantém a ideia de encerramento. Acrescentou ainda, que como as decisões do Governo nem sempre são eficazes, a Câmara só acredita quando o facto estiver consumado. Relativamente à questão que lhe foi colocada, sobre se concordaria ou não com o encerramento das escolas, reconheceu haver falta de justificação para manter uma escola com apenas dois ou três alunos, ainda que como professor considere preocupante a situação desses alunos que serão encaminhados para uma escola com condições inferiores. Na opinião do Senhor Presidente da Câmara, o Governo deveria aguardar pela conclusão da Carta Educativa, por aquilo que nela é apontado e aí sim criar um sistema educativo, com espaços físicos adequados, que venha a beneficiar os alunos do Concelho de Anadia. Referiu, também, que o Governo anuncia estas medidas para ver a reacção das pessoas, o que considera incorrecto, e muitas vezes recuar – pensa que se deve negociar, investigar ao máximo as vantagens de qualquer alteração das regras que até aqui nos têm guiado, mas concorda com reformas, isto é, concorda com a implementação de algumas reformas, as quais, em sua opinião, devem ter por base um estudo devidamente fundamentado e negociações com as pessoas ou serviços directamente afectados pelas reformas. Recusa-se, todavia, a aceitar que uma reforma crie problemas para pior, isto está a acontecer com frequência porque muitas coisas são feitas no ar. Informou que iria receber a senhora Directora Regional de Educação do Centro, para discutir os problemas do Concelho, e espera que haja bom-senso, e que não seja necessário por parte do Município tomar qualquer atitude menos agradável, estando receptivos, até porque foi a Câmara Municipal de Anadia, em devida altura, a propor os pólos, que são importantes, no sentido de proporcionar às crianças uma educação completa e onde os Professores se sintam motivados para trabalhar e que nos permita ter uma educação no país que não seja vista como uma educação terceiro-mundista. Respondendo à questão sobre se seria contra os pólos, preferiu ser a favor de uma escola que tenha o mínimo de alunos, com a sustentabilidade adequada em professores, em apoios educativos, que possa funcionar de maneira a que esses alunos possam beneficiar de um ensino moderno, de um ensino que prepare aqueles que futuramente nos governarão, de uma forma completa e de forma a termos cidadãos iguais aos que estão na União Europeia. Referiu a importância de se mobilizar professores, prepará-los, criar cursos de reciclagem, para que melhorem a sua



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prestação, pelo que a Câmara Municipal de Anadia está disponível para criar espaços físicos para que os alunos do concelho, tenham o que merecem, e que o país tanto precisa. Respondendo à questão do encerramento das urgências do hospital, colocada pelo Senhor Deputado João Morais (CDU), esclareceu que das zero horas às oito da manhã também há doentes e por vezes são os períodos mais complicados para quem sofre, e é nesse sentido que reside a sua preocupação e que por aí se encaminham as negociações para resolver este problema. Em resposta ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), e também ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), informou que a morte do Senhor Doutor Augusto Amorim também o sensibilizou, de uma forma muito especial, assim como à Câmara Municipal de Anadia, referindo que a autarquia se encontra receptiva a associar-se e a colaborar com uma eventual homenagem a um homem que dedicou grande parte da sua vida à saúde, ao concelho e à política. Sobre a celeridade de resposta às solicitações do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Câmara referiu enquadrar-se na forma da autarquia prestar um serviço e quanto à questão da existência de licença para a obra referida pelo Senhor Deputado, esclareceu não ter em sede de Assembleia, possibilidade de responder, adicionando, no entanto, que a resposta ser-lhe-á fornecida oportunamente. Relativamente à questão da Farmácia Óscar Alvim, informou o Senhor Deputado que os proprietários do estabelecimento estiveram recentemente na Câmara Municipal para em conjunto, tentarem encontrar uma solução para minorar o problema. Passando a responder ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), esclareceu que o Presidente da Câmara agradece as críticas e que pensa que a intenção é que não aconteça algo de mal ao Hospital de Anadia, que os Munícipes possam beneficiar desta estrutura, sugerindo ao Senhor Deputado que não esteja preocupado com moções de censura por se tratarem de situações de mera actividade política. Acrescentou que aquilo que o preocupa é o Povo que no dia a dia se queixa; tem dito para haver alguma calma até ao desfecho do processo, mas ainda que se deva alguma fidelidade política, também devemos, na hora certa, em que somos chamados a decidir pessoalmente, dizer que queremos o Hospital de Anadia, para que este possa dar aos Munícipes de Anadia o que tem para dar, e é nesse sentido que aceita a sua postura.-----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao Senhor Deputado Fernando Morais da Silva (PSD), disse não haver mais assunto para discutir, porque estava passado algum tempo da data de realização das eleições, tendo o Tribunal sancionado todo o processo, pelo que, fica mal, quem tem dúvidas da sua transparência e, principalmente, quando essas dúvidas partem de pessoas que também tinham nas mesas de voto os seus elementos, colocando em causa a sua credibilidade. Referiu, no entanto, pensar não subsistirem dúvidas quanto à seriedade das pessoas que estiveram no processo das eleições. Relativamente à Pista de Ciclismo, esclareceu que quando escolheu Sangalhos para a sua implantação, foi por ter obrigação de defender o histórico de cada terra, porquanto passaram por Sangalhos grandes profissionais do ciclismo, para além de que seria uma injustiça não dar a Sangalhos e às pessoas que por lá passaram, uma obra do alcance da que está prevista. Quanto à sua



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sustentabilidade, reforçou os esclarecimentos que tinha prestado na última sessão, nomeadamente o facto de não existir motivo para preocupações.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor Deputado Luís Santos (PSD), o Senhor Presidente da Câmara, referir que no que se refere à questão da segurança, nada ter a dizer sobre o assunto, declarando-se, no entanto, preocupado com a possibilidade de Anadia, uma vez mais, sofrer com a perda de mais uma instituição. Falou, também, da questão das urgências do Hospital de Anadia, para constatar que Anadia pode, perfeitamente, ter um serviço a funcionar vinte e quatro horas, inclusive, com mais valências, considerando, que como tem vindo a referir, o concelho deve aguardar pelo desfecho do processo. Relativamente a este assunto, informou o Plenário do facto de não ter sido proposta, à Câmara de Anadia, a celebração de qualquer protocolo, acrescentando ter dito ao Senhor Ministro da Saúde que o Município de Anadia estaria disponível para assinar um protocolo de colaboração, inclusivamente financeira, à semelhança do que tem feito com outras instituições do Estado. Para concluir, afirmou não estar preocupado com a situação, mas sim, atento, solicitando ao Plenário que lhe faça chegar informação do que vai acontecendo no País, nomeadamente manifestações e protocolos, deixando o desafio para que a Assembleia o informe se é isso que pretende em benefício do concelho.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia informou o Plenário de que a Mesa iria prorrogar os trabalhos referentes ao período de antes da ordem do dia por mais trinta minutos, tendo em conta o número de inscrições na Mesa, passando, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) para intervir. O Senhor Deputado agradeceu a forma educada como o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) lhe respondeu e acrescentou que não considera correcto falar-se do trabalho de alguém, nomeadamente de um Presidente de Junta de Freguesia com trinta e três anos de dedicação, pelo que terá sido ouvido de outrem.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que começou por se congratular com a posição assumida pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), quando se declarou solidário com o Senhor Presidente da Câmara relativamente à questão das urgências do Hospital de Anadia, no sentido da sua manutenção, posição também partilhada pelo Grupo Municipal do PSD como acabou por referir. No entanto, lançou, novamente, o repto ao PS e, em particular, ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para que diga o que o PS tem feito, de concreto, que não de notícias à comunicação social, para apoiar a posição da Câmara Municipal de Anadia, uma vez que declarou ser contra moções e nunca, até à presente data, ter subscrito qualquer moção. Por outro lado referiu que gostaria de saber se os Senhores Deputados do PS subscrevem as notícias veiculadas na comunicação social aquando da sua convenção autárquica, nomeadamente quanto às afirmações de que o PS continua com muitas dúvidas relativamente à veracidade dos resultados eleitorais em algumas freguesias.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Arcos, que começou por dizer



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se associava aos Senhores Deputados do PS no voto de pesar ao Senhor Doutor Augusto Amorim e informou, também, de que a Junta de Freguesia de Arcos se encontra a estudar a possibilidade de atribuir o nome do Senhor Doutor Augusto Amorim a uma rua de Arcos, adiantando que só comunicará o resultado à Assembleia, ou à Câmara Municipal, depois de apresentar o assunto em Assembleia de Freguesia e de ter o respectivo parecer.-----

----- De seguida, interveio o Senhor Deputado João Morais (CDU), para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, na sequência da sua deslocação a Espanha, o que encontrou na clínica visitada e se o Senhor Ministro da Saúde, em troca da manutenção das urgências de Anadia, informou o Senhor Presidente da Câmara de que Mogofores, Ancas e Aguim iriam perder a valência de saúde, através do encerramento dos seus centros de saúde, porque a CDU teve conhecimento de que os mesmos seriam encerrados. Desta forma, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se, efectivamente, terá sido essa a alternativa dada pelo Senhor Ministro. Perguntou, também, ao Grupo Municipal do PS, uma vez que se diz contra a assinatura de moções ou a realização de vigílias ou manifestações, se aceitaria a realização de um referendo, por parte da Câmara, à população de Anadia.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), tomou a palavra o Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), para esclarecer que, relativamente a moções e acções de rua, a posição do PS é amplamente conhecida, porquanto não reconhecem qualquer eficácia às mesmas, o que, rematou, se tem confirmado com todos os acontecimentos que têm ocorrido por todo o País. Quanto ao referendo, referiu que o mesmo terá regras, pelo que, em sua opinião, não será por qualquer razão que poderá ser convocado um referendo, acrescentando que, na devida altura, o seu Grupo Municipal avaliaria a questão e, consequentemente, pronunciar-se-ia.-----

----- Interveio, se seguida, o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para exercer o direito de resposta. Começou por tecer um breve comentário à questão da Pista de Ciclismo de Sangalhos, relembrando a posição do PS, já dada a conhecer em Plenário, de apoio à referida obra e de congratulação com o apoio prometido pela tutela. Referiu, ainda, considerar esse apoio valorizador de uma qualidade distintiva de Sangalhos, posição essa que não impede que o Grupo Municipal do PS manifeste preocupação com momentos cruciais como o da obra e, posteriormente, o da gestão e do aproveitamento de um investimento tão importante e oneroso como esse. Respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado António Silva (PSD), sobre o que o PS tem feito para apoiar a posição da Câmara Municipal relativamente ao possível encerramento das urgências do Hospital de Anadia, esclareceu que a posição do PS já foi, repetidamente, dada a conhecer em Plenário, acrescentando, no entanto, haver uma questão que não pode ser confundida, é o facto da capacidade de negociação com o Ministério da Saúde ser da exclusiva responsabilidade da Autarquia, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara. Referiu, também, que essa atribuição do Senhor Presidente da Câmara não invalida que o Grupo Municipal do PS, paralelamente a isso e por querer o melhor para Anadia, faça tudo o que estiver ao seu alcance para defender a sua posição. Por último, propôs ao Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal, a respeito de uma expressão utilizada na presente sessão, retirada de uma notícia de jornal sobre a convenção autárquica do PS, se poderia autorizar a intervenção do Senhor Vereador Rui Marinha (PS), para este prestar esclarecimentos, porquanto foi identificado no jornal como autor de uma determinada posição.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que existem regras a cumprir para a intervenção dos Senhores Vereadores, plasmadas na lei e no RAMA, podendo intervir nas sessões da Assembleia Municipal, por deliberação do Plenário, por decisão do Presidente da Assembleia Municipal ou do Presidente da Câmara Municipal, ou quando invoquem o direito de resposta, no âmbito das tarefas específicas que lhe estão cometidas, podendo ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra, da consideração e do bom nome. Como na opinião do Senhor Presidente da Assembleia nenhum destes critérios foi preenchido, entendeu indeferir o pedido formulado pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS).-----

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) lamentou não ser possível o Senhor Vereador prestar o esclarecimento adicional. Referiu, ainda, que os elementos do Grupo Municipal do PS se prezam da sua qualidade de democratas e que, apesar de em sede de convenções autárquicas, normalmente, haver lugar a críticas, legítimas, não se apercebeu, para além dessas críticas, de qualquer situação menos democrática que tenha ocorrido no âmbito da referida convenção.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia reiterou o que já tinha referido, esclarecendo que ao não permitir a intervenção do Senhor Vereador em questão, o faz pelo respeito integral das regras democráticas, nomeadamente as constantes no RAMA, tendo, de seguida, dado a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) para intervir. Este dirigindo-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), esclareceu que a pergunta formulada era no sentido de tentar saber se os Senhores Deputados do PS se solidarizavam com a notícia ou se estariam de acordo com a mesma, pergunta para a qual disse não ter obtido resposta por parte da bancada do PS. Por outro lado, referiu que se com a invocação da democracia o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) pretendia atingir o PSD, então o que o PSD tem a dizer é que a democracia tem regras e que estas são para ser cumpridas, no caso concreto o Regimento. Acrescentou, ainda, que o motivo de discussão é uma notícia dos socialistas anadienses, sendo que, em sua opinião, o modo adequado para darem a explicação será através da comunicação social, propondo, no entanto, a obtenção de um esclarecimento adicional, se possível.-----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maças (PS), que começou por apelar ao Plenário para que discuta o que é importante e que trouxe os Senhores Deputados à Assembleia, porquanto considera que a Assembleia Municipal tem por objectivo a discussão de assuntos do interesse do concelho. Na opinião do Senhor Deputado, a discussão de notícias dos jornais, nomeadamente sobre uma pessoa que está a ser atacada em plena Assembleia e a quem, nem sequer, dão a possibilidade de se defender ou prestar qualquer esclarecimento, em nada contribui para os interesses do concelho. Para terminar, apelou, uma vez mais, à



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia para discutir o que é importante para o concelho, porque tem assistido, apenas, a "chicana política".-----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que começou por saudar as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Acácio Maças (PS), por também considerar que a função da Assembleia Municipal é discutir o que é importante para o concelho, tendo demonstrado, no entanto, as suas reticências quanto ao facto de alguém ter dito que ele foi eleito ou que esteve numa mesa de voto e que tudo não terá passado de uma fraude e, por outro lado, o Senhor Deputado dizer que isso não configura um assunto de importância para o concelho porque, efectivamente, o que foi falado no artigo foi fraude eleitoral. Continuando, disse que gostaria de relembrar os Senhores Deputados do PS, que tanto gostam da democracia, que não existe, em democracia, maior premissa do que a verdade. Desta forma, declarou não compreender como, num Estado de Direito, responsáveis pela governação do País apresentam à população portuguesa, como condição para encetar ou continuar negociações, a não realização de manifestações, relembrando as manifestações de mil novecentos e noventa e cinco na Ponte 25 de Abril. Lamentou, também, o facto dos Senhores Deputados da bancada do PS continuarem a defender-se ao não dizerem o que pensam sobre a questão da educação e continuarem a dizer que estão ao lado da população na questão das urgências e, por outro lado, quando a bancada do PSD procura saber a sua opinião, continuarem a escudar-se, dizendo que já a deram várias vezes. Voltando a referir que o exercício da democracia começa por ser um exercício de verdade, constata ser precisamente da verdade que todos estão a fugir. Dirigindo-se, novamente, ao Senhor Deputado Acácio Maças (PS), referiu tratar-se de um assunto importante para o concelho, porque se o povo de Anadia entende que os Deputados do PSD foram eleitos com base num processo fraudulento, então, perguntou, uma vez mais, onde estavam os Senhores Deputados do PS quando as eleições tiveram lugar e das quais não apresentaram qualquer queixa, quando o Ministério Público ratificou os resultados, para presentemente, numa atitude suspeitosa e própria de manobra política de diversão, virem levantar suspeitas. Para terminar, lançou um desafio ao Senhor Vereador Rui Marinha, que foi quem deu a opinião que foi alvo de notícia, para que, no devido local, apresente os dados que estão na base da mesma, sob pena de ter de dizer que o Senhor Vereador Rui Marinha terá faltado à verdade quando expressou a sua opinião.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia no seguimento da intervenção Acácio Maças (PS) reforçou que a sua decisão de não autorizar a intervenção do Senhor Vereador Rui Marina, está claramente sustentada no regimento, esclarecendo que a mesma foi tomada com base no n.º 3 do artigo 32.º, o qual passou a ler, acrescentando que mantém a sua decisão e, informando, também, a bancada do PS que se pretender recorrer da mesma, terá de o fazer ao Plenário.-----

----- De seguida passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado João Morais (CDU), sobre o que tinha visto em Espanha, informou ter visto uma realidade que gostaria de ver implementada no concelho de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia, com que ficou impressionado, acrescentando nada ter visto sobre urgências. Relativamente aos postos de saúde de Ancas, Aguium e Mogofores, esclareceu que o desafio que foi proposto ao Presidente da Câmara foi negociar as urgências do Hospital de Anadia e nada mais, pelo que não pode falar sobre o que não lhe foi proposto. Sobre o direito a manifestações ordeiras, falando para a bancada do PS, referiu que, na sua qualidade de Presidente da Câmara, a sua pretensão é que todas as decisões que necessitem ser tomadas no concelho, o sejam sem recurso a manifestações que, embora ordeiras, são uma última hipótese de tentar resolver as situações. Desta forma, sugeriu que os partidos políticos resolvam a questão das manifestações como entenderem, porque a Câmara de Anadia, enquanto puder recorrer ao diálogo, privilegia essa forma de estar.-----

----- Comentando a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), relativamente à questão da Pista de Ciclismo de Sangalhos, confirmou que o projecto foi elaborado e se encontra em fase de apreciação, pelo que a obra será uma realidade. No entanto, declarou-se insatisfeito com o facto de alguém ter posto em causa a sustentabilidade da obra, adiantando que o Presidente da Câmara se preocupou e conseguiu criar sustentabilidade para a gestão da Pista, o que acontecerá através da celebração de protocolo, para que a mesma preste um bom serviço a Sangalhos e ao País. Explicou, então, tratar-se de um Centro de Alto Rendimento, vulgo CAR, uma medida bem tomada pela Secretaria de Estado do Desporto para que Portugal possa ser equiparado a países que se encontram na frente da Europa. Para terminar, em resposta à questão das urgências do Hospital de Anadia, constatou nunca ter sido convocado, pelo Ministério da Saúde que tutela as urgências, para interferir na questão das urgências de um Hospital, o que lhe permite concluir que alguém transformou toda a questão numa negociação política para que os danos não recaiam, apenas, sobre quem toma a atitude. Aproveitando, a propósito, o que foi proferido pelo Senhor Deputado Luís Santos (PSD), lembrou que o Senhor Ministro afirmou que nos concelhos em que houver lugar a manifestações, a negociação terminará, concluindo tratar-se de uma afirmação muito grave e de uma autêntica negação à democracia, assegurando, no entanto, que Anadia irá continuar a dialogar.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), esclareceu que a Assembleia Municipal tem uma missão política, porque, se assim não fosse, não haveria razão para ser eleita pelo partidos. Quanto às afirmações proferidas pelo Senhor Vereador Rui Marinha, referiu que a Câmara não se imiscui em questões meramente políticas, para isso existe a Assembleia, rematou, que na sua opinião se o Senhor Vereador quisesse prestar qualquer esclarecimento terá de o fazer através da comunicação social ou por outro meio.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de intervenções do período de antes da ordem do dia e concedeu um intervalo de cinco minutos, quando eram dezasseis horas e cinquenta minutos, para serem analisadas as moções e o Voto de Pesar que foram presentes à Mesa.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia passou a ler o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Augusto Cancela de Amorim, não antes de esclarecer que o mesmo foi subscrito, em primeiro lugar, pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) e por vários Senhores Deputados de todos os Grupos Municipais, e ao qual a Mesa se associou, encontrando-se arquivado junto ao Livro de Actas, mas que se transcreve na íntegra: *"O Dr. Augusto Cancela de Amorim, foi uma figura de referência no nosso concelho que ao longo de décadas demonstrou um grande valor humano como médico, autarca, tendo sido vereador da Câmara Municipal de Anadia, e como dirigente activo em múltiplas associações, como o Anadia Futebol Clube e os Bombeiros Voluntários de Anadia. A Assembleia Municipal de Anadia expressa, de forma sentida, o seu pesar, curvando-se perante a sua memória, dirigindo à família enlutada as mais sentidas condolências. Anadia, 05 de Março de 2007"*. Concluída a leitura do Voto de Pesar, o mesmo foi votado e aprovado por unanimidade, com trinta e um votos a favor, tendo, de seguida, sido respeitado um minuto de silêncio.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a moção "Contra o PDR - Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013", tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra, após o que deu a palavra ao Senhor Deputado Cardos Leal (PS) para fazer uma declaração de voto oral, a qual se transcreve na íntegra: *"Nós abstivemo-nos, e posso já antecipar que na próxima moção tomaremos idêntica posição de abstenção. De um modo geral, relativamente a estas duas moções, pensamos que elas são de uma complexidade que exige uma fundamentação técnica maior. Não temos suficiente informação, nalguns casos pensamos, até, que há legislação que ainda precisa de sair. Neste caso particular do PDR, eu penso, se bem me lembro, como diria o saudoso professor, que isto corresponde a um requerimento que o nosso Presidente da Assembleia Municipal, na sua qualidade de Deputado, fez, recentemente, na Assembleia da República. Achamos bem que rentabilize as suas posições políticas em ambos os lados onde as ocupa, mas será que já recebeu resposta a este requerimento? Se recebeu, convidava-o a partilhar a resposta a esse requerimento, porque talvez fosse útil para nos ilustrar a todos, até, acerca das nossas posições"*.-----

----- Concluída a declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a primeira parte da intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) foi considerada uma declaração de voto, mas que a segunda parte não. Esclareceu que as regras são para ser cumpridas e acrescentou que houve um tempo, no período de antes da ordem do dia, para os Senhores Deputados fazerem as necessárias intervenções. Relembrou, também, que as moções foram distribuídas no início da sessão, pelo que, se o Senhor Deputado entendia que qualquer esclarecimento era oportuno durante o período de discussão, podia tê-lo feito e o Presidente da Assembleia poderia juntar à Assembleia alguns acréscimos e mais valias de opinião. Esclareceu, no entanto, ser certo que a moção foi apresentada pelo Grupo Municipal do PSD e constatou, lamentavelmente, a utilização de expressões como rentabilização, por configurarem expressões incorrectas e inapropriadas, porquanto o Deputado da Assembleia da República não se encontra



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presente na sessão nessa qualidade, faz o seu trabalho em sede própria e não transporta para a Assembleia Municipal as suas posições políticas, até porque se as tivesse de transmitir, certamente o faria nestas moções, e diria muito do que sabe, mas não o faz em sede de Assembleia Municipal, precisamente porque tenta manter com isenção e imparcialidade a sua função. O Senhor Presidente da Assembleia referiu, ainda, considerar desapropriada, no âmbito de uma declaração de voto, a qual deve ser bem concreta, a formulação de perguntas a um Senhor Deputado ou, nomeadamente, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Prestados os devidos esclarecimentos sobre esta matéria, o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação da moção seguinte, de "Preocupação face ao QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra.-----

----- Concluídas as votações, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, tendo passado, de imediato, ao período da ordem do dia, nomeadamente ao ponto um "*Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do nº 1, do artigo 3º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*". Para introduzir o ponto, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu tratar-se da apreciação de um documento que apresenta um período em que a actividade da Câmara se restringe a pequenas reparações e alguns eventos, explicando estarem enumeradas algumas obras que terão de continuar para cumprir o seu cronograma. Referiu, também, que devido à crise que o País atravessa (o facto do QREN ainda não estar decidido) parece haver um certo interregno com o qual disse estar preocupado, acrescentando, no entanto, que, considerando a forma como está implementado o trabalho da Câmara Municipal, pensa que a Autarquia não terá de efectuar qualquer tipo de interrupção.-----

----- Aberto o período de discussão sobre o ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) para intervir, o qual questionou o Senhor Presidente da Câmara se terá sido permitida a circulação na Ponte de Espairo, porque foram retirados os sinais de trânsito proibido e os veículos continuam a circular. Na opinião do Senhor Deputado, deveriam ser colocadas barreiras no local, para além dos sinais, porque só assim poderá ser evitado qualquer acidente.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por alertar, novamente, o Senhor Presidente da Câmara, para o facto das passadeiras na Estrada 235 estarem invisíveis, acabando por perguntar quando pensa o Senhor Presidente da Câmara proceder à marcação das passadeiras e da estrada. Relativamente ao alargamento da ponte sobre o Rio Cértima, obra consagrada no PIDDAC 2005 e, segundo informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, adjudicada e com início previsto em Setembro de 2006, perguntou, estando a decorrer o primeiro trimestre de 2007 e não se vislumbrar o início das obras, se o atraso se deverá à intenção de baixar o défice orçamental. Aproveitando a informação sobre a exposição sobre incêndios que esteve patente no Centro Cultural de Anadia,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o executivo, através da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, a Associação de Combate a Fogos Florestais e a Associação de Baldios da mesma freguesia, terá proposto, juntamente com alguns proprietários privados, a intervenção de uma ZIF Florestal. Por último, e considerando o facto do Governo estar receptivo a esse tipo de soluções, perguntou se há quatro anos atrás a Junta de Freguesia de Avelãs de Cima terá proposto à Câmara de Anadia, à Junta Florestal e ao Governo, apoios para a construção de uma barragem no Corgo, uma vez que lá existem captações de água e ela se perde, lançando um comentário, no final, se num futuro próximo não se teria de ir buscar água à Pateira de Fermentelos ou à Ria de Aveiro.-----

----- Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da Câmara que começou por responder ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), relativamente à questão da Ponte de Espairo, tendo confirmado existir sinalização no local e ainda não estar concluída a obra, acrescentando que se as regras de circulação forem respeitadas, não haverá problemas. Confirmou, também, que o local tem as barreiras de protecção que o Senhor Deputado falava e que está devidamente sinalizado, explicando que quando os funcionários abandonam o local de trabalho, as barreiras são deslocadas e os próprios sinais são desviados, e que desse facto tem sido dado conhecimento à GNR. Para encerrar o assunto, informou o Senhor Deputado e o restante Plenário da fase em que se encontram as obras e do seu desenvolvimento futuro, tendo, também, concordado com o Senhor Deputado quanto ao facto de haver alguma falta de respeito pelos sinais e pelas barreiras por parte dos automobilistas.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado João Morais (CDU), confirmou, também, que a obra da Ponte de Canha se encontra adjudicada e que os trabalhos deveriam ter sido iniciados em Setembro do ano passado. No entanto, acrescentou que, de acordo com informações obtidas na altura, os trabalhos que tinham sido adjudicados, teriam de aguardar algum tempo, havendo vozes que dizem ser por causa do défice, mas, por outro lado, o Governo alega outras razões. Apesar das razões que possam ser apontadas, afirmou haver certezas de que a obra será realizada, até porque tem PIDDAC e, inclusivamente, empreiteiro, pelo que à Câmara só lhe resta aguardar pelo início, adiantando que a mesma não é da responsabilidade da Autarquia, ainda que tenha sido reivindicada pela Câmara, porque o Governo assumiu as despesas totais, incluindo expropriações. Relativamente à questão dos incêndios, informou que a Câmara tem, em reuniões realizadas com as entidades referidas pelo Senhor Deputado, demonstrado a sua disponibilidade para colaborar, não tendo qualquer intervenção na definição de regras, tendo aconselhado o Senhor Deputado a apresentar as suas questões ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, porquanto considera a pessoa mais indicada para o fazer. Referindo-se ao problema da barragem, informou não ser fácil a construção de uma obra com aquela envergadura sem ter os estudos adequados, nomeadamente estudos ambientais, para além de que se trata de uma intervenção em Reserva Ecológica, de difícil negociação. Por último, respondendo à questão da marcação das passadeiras, explicou serem os únicos trabalhos que a Câmara realizará, após as negociações que estão a ser encetadas com a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LusitâniaGás para uma intervenção naquela estrada, sendo esse o motivo porque a Câmara ainda não arranjou a estrada. No entanto, informou o Senhor Deputado de que, como aliás prometeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, logo que os trabalhos de marcação de passadeiras em Anadia terminem, a máquina será enviada para Sangalhos.-----

----- Concluídos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, tomou a palavra o Senhor Deputado Armando Pereira (PSD) para esclarecer, em sequência da intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), que logo após os incêndios ocorridos na freguesia, a Junta de Freguesia de Avelãs de Cima fez diversos pedidos, nomeadamente à Câmara Municipal de Anadia e Direcção-Geral de Florestas, na altura, para proceder ao ordenamento florestal na área ardida, para os quais não obteve qualquer resposta. Informou, também, que a Junta de Freguesia tem matéria-prima para fazer reservas de água, mas não tem capacidade para o fazer sozinha, pelo que continua a aguardar que alguém se disponibilize a prestar apoio à maior zona florestal do concelho.-----

----- Seguidamente, interveio o Senhor Deputado César Andrade (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que começou por fazer um pequeno reparo, informando que o nome correcto da Ponte da Ramalheira é Ponte do Moinho Novo. Passou a constatar que, na sequência das recentes obras de saneamento na sua freguesia, as estradas terão ficado em mau estado e o acesso de carro a algumas habitações impedido, pelo que apelou à Câmara Municipal a reposição do pavimento das estradas e dos acessos às habitações. Por último, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para não se esquecer da iluminação em Avelãs de Caminho, uma vez que a povoação é atravessada pela EN 1 e existem quatro passadeiras com iluminação precária, onde já têm ocorrido alguns acidentes.-----

----- Para prestar os devidos esclarecimentos, foi novamente dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por responder ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), esclarecendo que mantém a posição tomada na reunião havida na Freguesia de Avelãs de Cima, pelo que o informou de que não seria necessário reforçar o pedido porque a Câmara disponibilizará o seu apoio, de acordo com o que ficou definido nessa reunião. Acrescentou, ainda, que para o processo se concretizar, torna-se necessário que as mobilizações aconteçam com a mínima frequência possível, sendo que o mais importante é a prevenção, a qual, segundo sabe, tem sido uma aposta da freguesia.-----

---- Respondendo às questões colocadas pelo Senhor Deputado César Andrade (PSD), nomeadamente ao reparo feito à denominação da ponte, esclareceu que o mais importante é que a Câmara conseguiu arranjar dinheiro para a sua construção. Quanto ao problema das entradas de algumas habitações, informou que a Câmara tem vindo a corrigir algumas, porque o empreiteiro nem sempre dá resposta a este tipo de situação e, muitas há, que não estão incluídas na empreitada, tendo solicitado ao Senhor Deputado que faça chegar à Câmara informação com os nomes das pessoas lesadas para poder minimizar os seus problemas, no sentido de lhes garantir, pelo menos, acessibilidade. Por fim, sobre a iluminação, informou o Senhor Deputado que o gestor da EDP se deslocará à Câmara Municipal, pelo que tudo o que a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Autarquia puder fazer para resolver o problema fará, acrescentando, no entanto, que a questão da iluminação nessa estrada é da responsabilidade das Estradas de Portugal.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Maria Ribeiro (PS), o qual, à semelhança do seu colega e Deputado César Andrade (PSD), lembrou o Senhor Presidente da Câmara para a necessidade de se proceder à reparação de algumas estradas na freguesia de Mogofores e, também, à marcação de passadeiras porque, a freguesia não tem qualquer passadeira assinalada.-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Câmara lembrou o Senhor Deputado José Maria Ribeiro (PS), que a colocação de tapete nas estradas terá lugar quando as condições climatéricas o permitirem e, relativamente à questão das passadeiras, informou o Senhor Deputado que a Câmara irá proceder à sua marcação.-----

----- Retomou a palavra o Senhor Deputado José Maria Ribeiro (PS), para acrescentar à sua intervenção a informação de que existe uma estrada na freguesia, do cemitério para cima, onde não poderá ser colocado tapete sem antes proceder à instalação de uma nova canalização, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu, de imediato, para, na devida altura, recomendar a instalação à Câmara.-----

----- Foi, ainda na discussão do ponto um, dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para apresentar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara relacionada com a acção social. O Senhor Deputado alertou para a situação extremamente degradante em que vive um casal entre as freguesias de Ancas, Mogofores, São Lourenço do Bairro e Paredes do Bairro, situação essa que foi, inclusivamente, veiculada na comunicação social, e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a Assistente Social da Câmara tomou alguma iniciativa relativamente à mesma. Perguntou, também, na sequência de uma queixa apresentada pelos pais de uns alunos da freguesia de Sangalhos que frequentam o Colégio de Salesianos em Mogofores, porque razão os seus filhos são preteridos no transporte para Mogofores. Neste âmbito, referiu ter sido informado que a empresa que faz o transporte alegou não ter apetrechado os seus autocarros para dar cumprimento à nova legislação, o que o leva a questionar porque motivo a mesma empresa transporta, para a EB 2/3 e Secundária de Oliveira do Bairro, o dobro dos alunos no mesmo autocarro, tendo, inclusivamente, sido, por uma vez, inspeccionada pela GNR de Sangalhos. Para terminar, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a Autarquia paga à empresa, porque se não, pensa que deve subsidiar os pais que se deslocam para deixar os seus filhos na Instituição.-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara informou o Senhor Deputado João Morais (CDU) de que a situação, efectivamente, se verifica e que, após contactos estabelecidos pela Câmara, a empresa está a tentar ultrapassar a situação. Esclareceu, no entanto, não competir à Câmara a fiscalização de situações relacionadas com transportes escolares, até porque, actualmente, o transporte de crianças em idade escolar está regulamentado, com restritas normas de segurança, pelo que as empresas terão de adquirir autocarros para dar cumprimento a todas essas exigências. Quanto ao problema de São Mateus, o Senhor Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esclareceu que tinha tomado conhecimento do mesmo através da comunicação social, referindo que, por vezes, situações como essa têm, como antecedentes, cenários familiares bastante complicados, pelo que nem sempre compete à Câmara Municipal resolver esses problemas. No entanto, adiantou que a Câmara Municipal, através da Assistente Social ou de outros meios de apoio, estará disponível, mas alertou para o facto de a primeira palavra competir à Segurança Social. Para terminar, referiu que a Câmara estará atenta, que trabalhará em conjunto com a Segurança Social, adiantando, no entanto, que não será uma resposta fácil de encontrar.-----

----- Concluídas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o ponto um da ordem do dia, tendo passado, de imediato, a apresentar o ponto dois "Apreciação, discussão e votação da deliberação da Câmara Municipal de Anadia de Integração do Município de Anadia na GAMA - Grande Área Metropolitana de Aveiro - em conformidade com o estabelecido na alínea I) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia", após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto. O Senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que apesar de ter havido imenso tempo útil para discutir a integração de Anadia numa área metropolitana, a Câmara entendeu nunca ter sido necessário integrar uma área metropolitana sem saber o que dela advinha de positivo. Explicou, então, ter surgido um novo desafio, quanto ao facto dos fundos comunitários, de acordo com a proposta do Governo, terem de ser contratualizados, sendo que essa contratualização deve ser feita através de associações. Relembrou haver um vasto número de Associações, como a de Municípios Bairrada-Vouga, de Municípios da Ria, do Carvoeiro, mas ao Governo só interessa uma associação, para contratualizar, que venha enquadrar todos os Municípios das NUT, sendo que Anadia pertence à NUT III - Baixo Mondego e, portanto, não terá alternativa para ter mais garantia em beneficiar da contratualização de fundos comunitários, que não, aderir à Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA). Especificando, explicou que se Anadia ficasse isolada, teria direitos, mas como o QREN actual não é "fefizado", como eram os outros, a parte de Anadia poderia ficar reduzida a muito pouco, pelo que a Câmara, uma vez esclarecida, só teria de tomar uma opção, que era aderir a uma Área Metropolitana mas, também, não por opção mas porque tinha de ser à GAMA pelo facto de coincidir com a NUT III. Continuando, referiu que nem a GAMA poderia funcionar como estava, nem a Câmara Municipal de Anadia poderia optar pela Grande Área Metropolitana de Coimbra ou encontrar três ou quatro Municípios circunvizinhos para criar uma associação, porque tinha de respeitar, na composição, o território de uma NUT III, sendo que, para isso, saíram Vale de Cambra e Mira para outras NUT e entra Anadia. No entanto, realçou tratar-se, não apenas de uma necessidade de Anadia mas da própria GAMA, que não tendo todos os Municípios enquadrados, também não seria suficiente, pelo que a GAMA, sentindo essa necessidade, apresentou o pedido à Câmara de Anadia para fazer parte integrante da mesma. Informou, ainda, que cada Município se deve enquadrar no espaço que lhe é devido porque, até Junho, segundo informação do Ministro da tutela, as Câmaras têm de ter parte dos seus projectos contratualizados, acrescentando não ser possível a Câmara concorrer a um projecto regional se



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não estiver integrada numa associação abrangente, como a GAMA. O Senhor Presidente da Câmara comentou, ainda, o facto do Governo, com estas medidas, estar a preconizar uma tentativa de regionalização, acomodando, desde logo, as pessoas para que a mesma venha a tornar-se uma realidade, no sentido de permitir que o País se desenvolva de uma forma mais expedita e harmoniosa. Não querendo influenciar o sentido de voto, afirmou ser da responsabilidade de todos a decisão para que a Câmara se enquadre num mecanismo que funcione, em termos de quadro comunitário, sendo que estará sujeita aos estatutos da associação, iguais em todas as Grandes Áreas Metropolitanas do País e publicados em Diário da República, com a certeza de que aderirá a uma associação que está legalmente criada e que tem condições de gestão no futuro, as quais a Câmara passará a não ter. Acrescentou não ter dúvidas que, a enquadrar-se em termos de regionalização, estes espaços administrativos irão, por certo, administrar verbas, administrar projectos, pelo que todos têm de assumir a importância da questão.-----

----- No seguimento dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), que começou por informar o Senhor Presidente da Câmara de que o PS votaria favoravelmente a proposta de adesão, sem qualquer dúvida, passando a perguntar porque a Câmara não aderiu há mais tempo, quando a GAMA foi constituída, relembrando o apoio concedido pelo PS ao Senhor Presidente da Câmara quando não quis aderir, em tempos idos, sendo que um dos motivos da decisão foi o facto de, não aderindo, funcionaria como uma forma de pressão para se conseguir determinados projectos para Anadia, nomeadamente o Nó da Auto-Estrada e o IC12. Sem colocar em causa o apoio do PS, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se teve algum *feed-back* favorável em relação a alguma dessas pretensões.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara interveio, de seguida, para responder ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), esclarecendo que se não fosse o Quadro Comunitário, que tem de ser contratualizado, por força das regras, nada obrigaria a Câmara de Anadia a aderir, acrescentando que quando o pedido foi formulado ao Município de Anadia, ainda teve algumas dúvidas, as quais foram dissipadas quando se deslocou à CCDR. Esclareceu, ainda, não estar a ser proposta uma decisão com base numa questão política, mas, sim, num problema administrativo-financeiro, e referiu estar tudo bem encaminhado para que Anadia consiga o Nó da Auto-Estrada, tendo sido já feito o levantamento pedido pelo Instituto de Estradas de Portugal. Relativamente ao IC12, informou o Senhor Deputado não haver qualquer desenvolvimento por o Estado ter dado prioridade ao IP3. Quanto ao EN1/IC2, também uma das reivindicações da Câmara, informou não lhe ter sido dada qualquer esperança, esclarecendo tratar-se de reivindicações apresentadas com ligação à GAMA, enquanto que com o Governo, nos últimos tempos, tem havido uma boa ligação e espera que finalmente avancem com uma solução para a Variante à EN1/IC2. No seguimento, referiu que, através da GAMA, poderá contratualizar alguma dessas obras, porque enquanto até à presente data tem estado a trabalhar isolado, a partir de agora, passará a contar com outros interlocutores que estarão do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lado da Câmara, sendo essa a perspectiva que o leva a aderir à GAMA, para poder impor os direitos de Anadia, ainda que num espírito de solidariedade. Pelo exposto, informou o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), ser nesse sentido que Anadia irá reforçar a sua posição reivindicativa, esclarecendo, no entanto, que a principal base da adesão é a contratualização dos fundos comunitários.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), referindo que, das palavras do Senhor Presidente da Câmara retirou que, da unidade de um distrito que sempre se identificou com um distrito de grandes raízes serranas e marítimas, o mesmo fica, em sua opinião, um pouco desmembrado. Referiu, também, entender que o Senhor Presidente da Câmara teria, um dia, de tomar uma posição, lamentando, no entanto, o facto da mesma ter de ser tomada sob a pressão da legislação, o que, mais uma vez, retira o direito das pessoas se entenderem segundo a sua identidade, por serem forçadas a tomar uma posição porque assim o exige o dinheiro e o recurso aos bens que fazem falta ao Concelho de Anadia. Constatou, ainda, ter sido sempre seu entendimento que Anadia deveria estar associada a outros concelhos para, com eles, colaborar e criar riqueza, mas lamentou o facto de serem excluídos, a Norte, Espinho, Arouca, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra e os vizinhos da Mealhada.-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o facto de não ter aderido antes teve por base uma opção estratégica, pelo que nunca negaria a ligação de Anadia ao Distrito de Aveiro. Adiantou, também, concordar com o Senhor Deputado, mas informou tratar-se de uma divisão territorial (NUT) com fins meramente administrativo-financeiros, pelo que é nesse sentido que Anadia terá de continuar e afirmou estar convencido que no curto/médio prazo, algo funcionará, em termos de regionalização, que virá, pelo menos, corrigir algo que não tenha ficado tão perfeito com esta divisão territorial.-----

----- Concluído o período de intervenções do ponto dois da ordem do dia, o mesmo foi votado, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e oito votos a favor. Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o ponto e informou o Plenário, de seguida, de que tinha sido entregue à Mesa, um requerimento do Grupo Municipal do PSD, solicitando a aprovação, em minuta, do ponto dois da ordem do dia, o qual foi votado e aprovado, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor.-----

----- Encerrado o período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia passou ao período de intervenção do público, nos termos regimentais, tendo, para o efeito, a inscrição dos cidadãos Olímpio Rodrigues Fernandes, morador em Vale de Boi, e Albino Soares Lincho, morador no Paraimo, para intervir.-----

----- Interveio, primeiro, o munícipe Olímpio Rodrigues Fernandes, tendo pedido ao Senhor Presidente da Câmara para verificar a situação de um caminho em Vale de Boi, intransitável, sendo que, para lá poder passar, teve de, com o seu tractor, espalhar *tout-venant* oferecido por algumas pessoas. Pediu, também, para o Senhor Presidente da Câmara ver certos trabalhos em



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vale de Boi, que são começados e nunca são acabados, nomeadamente as valetas que são feitas, mas que levam a que a água continue a correr nos caminhos.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao munícipe Albino Soares Lincho, proprietário de uma destilaria, que expôs algumas situações relacionadas com a sua pequena indústria. O munícipe informou ter apresentado pedidos para construção de muros, reparação de telhado e ampliação da indústria, os quais não foram autorizados e, ultimamente, na sequência da construção da variante, a saída das águas foi desviada, o que lhe acarretou algumas despesas, para além de terem sido ligadas as águas da chuva ao esgoto da fábrica, tendo-lhe queimado o motor quando a água recuou. Referiu que precisa de trabalhar, tendo pedidos de caves, mas como tem as instalações alagadas e como a Câmara não arranja a estrada, diz não saber o que fazer para poder trabalhar.-----

----- Para responder aos munícipes, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por informar o Senhor Olímpio Rodrigues Fernandes de que iria combinar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita para fazer uma visita ao local, adiantando-lhe, no entanto, tratar-se de um caminho estreito que, provavelmente, não poderá ter valetas para fazer passar a água, como o Munícipe referiu. Disse, também, tratar-se de um caminho comprido, que o munícipe que ver todo arranjado, informando-o de que a Câmara irá estudar a melhor solução para o fazer, logo que as condições climatéricas o permitam.-----

----- Respondendo ao Senhor Albino Soares Lincho, esclareceu que o munícipe tem duas situações distintas para resolver, adiantando-lhe não poder dar uma resposta tão positiva como a que deu ao munícipe anterior. Esclareceu que uma situação tem a ver com o facto de o munícipe ter uma indústria que não compete à Câmara legalizar, sendo que a Câmara apenas aprova as obras, desde que cumpram as normas regulamentares em vigor. Referiu estar disponível para colaborar junto do Ministério competente, acrescentando que todos os procedimentos a cumprir têm de ser iniciativa do próprio munícipe. Quanto à segunda situação, onde a Câmara poderá, eventualmente colaborar, lamentou a possibilidade de ter de ser a Autarquia a resolvê-la, porquanto decorre de uma intervenção errada por parte das Estradas de Portugal, aquando da construção da Variante Nova de Sangalhos, em que houve um aqueduto que não terá sido muito bem cuidado em relação ao desnivelamento entre a fábrica do munícipe e a vala para onde habitualmente o munícipe despeja. O Senhor Presidente informou que, logo que seja possível, a Câmara irá estabelecer o aqueduto que lá se encontrava, a despesas da Câmara, mas que deveria ser o munícipe a exigir a quem não fez o trabalho. Deixou, no entanto, bem claro, não ser um trabalho da responsabilidade da Autarquia e alertou, também, o munícipe, sabendo das suas pretensões em despejar para lá, por não ter ETAR, que não o poderá fazer porque terá, imediatamente, os fiscais do ambiente no local, adiantando-lhe não ser uma solução para o seu problema. O Senhor Presidente da Câmara voltou a referir que a Câmara estará disponível, mas alertou o munícipe para as medidas que terá de tomar para solucionar o problema, nomeadamente um pré-tratamento, porque a Câmara só reporá o aqueduto para as águas pluviais e não para as águas residuais.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No seguimento, foi novamente dada a palavra ao Senhor Albino Lincho, para uma segunda e última intervenção, tendo esclarecido que a indústria está licenciada, mas que não pode trabalhar por ter as instalações cheias de água, proveniente do aqueduto que foi vedado. Voltou a referir que alguém terá feito uma caixa para as águas da chuva e ligado ao esgoto da fábrica, pelo que não pode trabalhar nem fazer tratamento enquanto tudo não for limpo e as águas não forem escoadas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para esclarecer que a Câmara procede ao despejo de águas pluviais, pelo que se o munícipe lá tem um buraco com muita água, terá de arranjar forma de a escoar, podendo fazê-lo para o aqueduto, alertando, mais uma vez, o munícipe, para o tipo de água que para lá fizer escoar, porquanto se for água misturada, essa mistura terá de cumprir os parâmetros estabelecidos pelo Ministério do Ambiente. Por fim, informou o Munícipe de que a Assembleia não legaliza o que não é da sua competência, assim como a Câmara, alertando-o para que não fique com a ideia de que terá resolvido os seus problemas em Plenário.-----

----- Concluído o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia declarou por encerrado o período de intervenção do público, encerrando igualmente a sessão, quando eram dezoito horas e vinte minutos, da qual, para contar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
